



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15040 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 22 - Educação Ambiental

MULHERES DO BABAÇU: DIALÓGOS SOBRE AMBIENTE E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DAS MARGARIDAS.

Regiane Aparecida Zocal Pazin - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

Elaine Cassia da Silva - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

MULHERES DO BABAÇU: DIÁLOGOS SOBRE AMBIENTE E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DAS “MARGARIDAS”

Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu-UNEMAT). Com o tema “A Pedagogia Organizacional da Produção das Mulheres na Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP)” a pesquisa tem como objetivo identificar e entender como as pedagogias, presentes nas relações que estas mulheres possuem com a natureza, entre elas e a produção de alimentos coexistem numa sincronia que garante a produção das suas existências. O Grupo “As Margaridas” é composto por mulheres que residem no Assentamento Margarida Alves, localizado no município de Mirassol D’Oeste, no sudoeste do estado de Mato Grosso. O recorte aqui apresentado, versa sobre os diálogos das “Margaridas” com a natureza, mais especificamente com a Palmeira Babaçu, da qual se extrai a matéria prima para a produção de uma farinha que é utilizada na produção de bolachas, pães e outros alimentos. Neste processo de produção da farinha que envolve desde a identificação das palmeiras, passando pela coleta do fruto da palmeira até o beneficiamento das mesmas para obter o produto que é considerado o diferencial na produção dos alimentos, existe um aprendizado significativo que é ensinado e aprendido social e ambientalmente. Partindo deste entendimento levantamos a questão de como as ações das mulheres do Grupo “As Margaridas” se organizam pedagogicamente para contribuir para uma sustentabilidade social e ambiental da produção de produtos alimentícios a partir da farinha de babaçu?

Para responder esta e outras questões presente nesta reflexão adotamos uma abordagem fundamentada no Pensamento Decolonial, que enfatiza a necessidade de questionar e desafiar narrativas dominantes que historicamente marginalizaram os saberes e práticas culturais das mulheres e de comunidades tradicionais. Dessa forma a metodologia empregada segue uma abordagem qualitativa de cunho etnográfico, onde foi realizado uma roda de conversa, buscando compreender os diálogos vivenciados pelas mulheres do Grupo “As Margaridas” de forma holística e contextualizada.

Em rodas de conversa, o grupo de mulheres “As Margaridas”, nos relataram que iniciaram sua trajetória após participarem de um curso sobre horta e o tratamento com plantas medicinais, onde foram despertando a possibilidade de união entre as participantes. Assim, comunitariamente organizaram uma horta de plantas medicinais em uma área social do posto de saúde.

Nesse sentido Mendes; Neves; Neves (2014) argumentam que, nas reuniões, as mulheres refletiam sobre a importância da saúde, organização feminina, valorização do trabalho da mulher, surgindo assim, a necessidade de buscar uma alternativa para gerar renda e independência financeira. E foi assim que surgiu a ideia de ter no extrativismo e beneficiamento do coco babaçu, a melhor opção de produto, tanto pela inovação como pela disponibilidade do material, posto que essa palmeira se encontrava em abundancia na região.

Segundo Silva et al, (2009) a palmeira babaçu (*Orbignya Phalerata*) é nativa, abundante na região sul do estado de Mato Grosso, estando intimamente ligada às condições ambientais, clima tropical e vegetação do cerrado. Isso garante a possibilidade de diversificação da utilização da palmeira, como na construção civil, artesanatos e produção de alimentos com a farinha do mesocarpo do coco. Essa farinha é muito benéfica para saúde, sendo utilizada para o enriquecimento nutricional da multimistura oferecida para crianças em situação de baixas condições nutricionais (IPHAN, 2011).

Diante disso, “As Margaridas”, passaram a realizar o beneficiamento do mesocarpo do coco babaçu, fazendo a farinha, que é usada como fonte proteica enriquecendo a produção de pães e bolachas. E a produção passou a ser comercializada, através de projetos e programas governamentais como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e não governamentais através da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional).

Em se tratando da questão ambiental, Freire (1993) nos reforça a tese de que o reconhecimento e a valorização das múltiplas formas de conhecimento e experiências presentes nas comunidades tradicionais, assim como todos os conhecimentos que transcendem o limite da educação formal, podem manifestar-se em todas as esferas da vida cotidiana, desde o lar até a comunidade local.

Nessa abordagem observamos que os diálogos das mulheres sobre sua pratica como alternativa de renda trouxe o entendimento de que tanto as preocupações com o ambiente,

quanto as com as suas histórias de vida, enfim dos seus corpos estavam intrinsecamente ligadas. E o cuidado que era necessário ter com elas era também o cuidado que tinham de ter com o ambiente em que viviam, pois o fato de estarem juntas no mesmo espaço para praticar uma atividade possibilitava conversas sobre vários temas. Da preocupação com a venda dos produtos a conversa chega a preocupação com a companheira que adoeceu por questões sociais ou ambientais. E nesta mesma vertente chega a preocupação com a quantidade de matéria prima disponível e as consequências deste alimento na vida das pessoas que iriam consumir.

Assim uma educação socioambiental, promove uma tarefa crucial no grupo de mulheres, despertando a comunidade para a necessidade de conservação do ambiente existente para facilitar o acesso, manuseio, estoque e comercialização dos produtos. Loureiro (2019) destaca que esses grupos de mulheres, como no caso das “Margaridas”, merecem prioridade nas abordagens educativas devido ao seu forte vínculo com o território, suas relações de trabalho sustentáveis e sua luta por direitos básicos e específicos.

Loureiro (2005) destaca ainda que, a educação ambiental busca superar a dicotomia sujeito-objeto, fundamental para compreender a relação entre sociedade e natureza, essa contradição gera uma “falha irreparável” ao ambiente. Assim, as mulheres extrativistas de coco se destacam como agentes de resistência contra essa falha irreparável, combatendo a expansão de monoculturas e a homogeneização do território, típicas das ações capitalistas.

Para as mulheres do grupo, a educação ambiental se faz necessária diante das dificuldades encontradas para a preservação da palmeira do babaçu, podemos perceber nas falas de Dona Rita, as mudanças que ocorreram no ambiente.

“Naquela época, quando nós viemos aqui para o Assentamento, tinha muito babaçu, mas o povo foi cortando, pra fazer roça, ou pra limpar os pastos, é assim, que eles falam que o babaçu deixa o pasto sujo, que mata o pasto, foram cortando ou passando veneno pra matar. Depois que nós começamos a usar o babaçu pra fazer a farinha, e vender, começamos a fazer campanhas, a falar pros maridos, pros vizinhos, na igreja, da importância de preservar o babaçu. E como é importante pra nós mulheres não derrubar mais o babaçu, se não a gente, não vai ter mais onde buscar o coco. cada dia está mais difícil encontrar coco bom, também por que não é todos os cocos que é bom pra tirar o mesocarpo, tem que saber também quando tá maduro. Colher o coco do babaçu nos sítios é um trabalho pesado, não é todas as mulheres que aguentam devido a idade e até as mais novas não consegue. Se tivesse uma roça de coco ia ser muito bom, ia facilitar um pouco o trabalho. (Rita Julia, 17/08/2023).

Percebemos a transformação ambiental causada pela exploração inadequada ao serem assentados, que resultou na redução significativa das áreas de babaçuais. Esse processo de desmatamento e utilização inadequada dos recursos naturais evidencia um conflito entre a preservação ambiental e as necessidades econômicas das mulheres.

A mobilização dessas mulheres extrativistas reflete uma resistência ativa às práticas

extrativistas predatórias e uma busca por autonomia e dignidade em um contexto marcado por desigualdades sociais e econômicas. Representando uma forma de resistência e empoderamento, onde a preservação do babaçu e a defesa dos direitos femininos estão intrinsecamente ligadas à luta por justiça social e ambiental Dantas e Lima (2023).

De acordo com Dona Marli, “Agora, de uns anos pra cá, parou de derrubar babaçu, mas já tem pouco”. O uso do babaçu, pelas mulheres trouxeram consigo uma valorização do recurso natural e uma conscientização sobre a importância de sua preservação. As campanhas realizadas pelas mulheres, juntamente com a conscientização dos maridos, vizinhos e comunidade, destacam a capacidade de mobilização e articulação desse grupo em prol da conservação dos babaçuais.

Relevante ressaltar que, a produção derivada do babaçu, é um o trabalho árduo onde a organização coletiva promove a preservação ambiental e a valorização dos saberes tradicionais. Esse beneficiamento do babaçu, proporciona que mulheres do Grupo “As Margaridas” conquistem sua independência financeira. Para elas, o mais importante, são as relações de amizades estabelecidas, a conservação da biodiversidade local e a promoção de práticas sustentáveis (SILVA et al., 2009).

Ao longo desta análise, sobre os diálogos na educação ambiental das mulheres do Grupo “As Margaridas” no contexto do extrativismo do coco babaçu no Assentamento Margarida Alves, tornou-se evidente a relevância dessas interações para a sustentabilidade do extrativismo e a preservação da biodiversidade local. As mulheres deste grupo desempenham um papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis e na sensibilização sobre a importância da preservação ambiental.

Através do engajamento, essas as mulheres têm promovido não apenas a proteção do ambiente, mas também a defesa de seus direitos e da cultura. Valorizando suas experiências e saberes integrados às práticas de educação ambiental, e a sustentabilidade.

Portanto, é essencial continuar investindo em iniciativas que apoiem as mulheres do Grupo “As Margaridas” em seu trabalho de educação ambiental, suas produções e suas vendas. Isso inclui capacitações, acesso a recursos e apoio institucional para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas ações continuem impactando significativamente na promoção da proteção do ambiente e no empoderamento dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; Extrativismo; Educação ambiental; babaçu.

REFERÊNCIAS

DANTAS, G. da S.; LIMA, M. C. A. **Território, Trabalho E Gênero: Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu na Educação Ambiental Crítica**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental-FURG, v. 4, n. 1, p. 367-388, jan/abr, 2023.

FREIRE, P.; NOGUERIA, A. **Que Fazer: Teoria e Prática da Educação Popular**.

Petrópolis: Vozes, 1993.

IPHAM. **Universo Cultural da Palmeira Babaçu**. Org. SANTOS, A. M. dos; MUNIZ, C. P. L. Superintendência do IPHAN do Tocantins, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Teoria Crítica. In: FERRARO-JÚNIOR. (Org.). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(Es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, p. 324-332, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Educação Ambiental: Questões de Vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J. **A Experiência das Mulheres Extrativistas do Assentamento Margarida Alves Mirassol D'Oeste/MT**. Geografia em Questão. v.07, N. 01, 2014.

SILVA, E. F. da; SILVA, F. R. da, JOVANO, I. da S., MENDES, M. F. **Estudo das Espécies Nativas Utilizadas Nos Assentamentos São José, Sadia, Flor do Ipê e Margarida Alves e nas Comunidades Nossa Senhora da Guia e Guanandi na Região Sudoeste de Mato Grosso. Cáceres/MT**. Relatório de estágio, FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2009. 56p.